

# DA CARRETA DE BOIS...

RAUL PILLA

O eminente deputado sr. Aliomar Baleeiro discorda algum tanto de mim na questão da reforma das nossas instituições políticas, mas não tanto quanto lhe apraz dizer. Assim, escreveu êle, num dos seus últimos e brilhantes comentários, que eu não aceito com boa vontade a transição gradual para o parlamentarismo, como ocorreu no Brasil monárquico, por uma resistência do Parlamento e o progressivo alargamento da sua autoridade.

Não, enganado está quanto ao meu pensamento o meu illustre amigo. Eu aceitaria de bom grado a transição. Noutra coisa não tem consistido a minha atividade política, senão em procurar forçá-la. E, se êle se der ao trabalho de lêr a longa contestação por mim oferecida ao erudito parecer do sr. Afonso Arinos e escrita muito antes de publicado o notável livro de Tarquínio de Souza, ali encontrará descrita a evolução, que considero o fato mais importante da nossa história política. E, mais, na oração com que, no ano passado, eu de minha parte respondi ao discurso em que o sr. Getúlio Vargas apelava para a união nacional, a de um governo coletivo e responsável por mútuo consentimento foi uma das minhas sugestões.

Mas, para que eu pudesse aceitar a transição preconizada pelo combativo deputado, seria preciso que ela se estivesse produzindo ou, pelo menos, que apresentasse indícios disto. E' o que se verifica? Não, apesar de estar a nossa atual Constituição mais próxima do ideal parlamentarista, que a Carta de 1824, como com acêrto nota o professor Baleeiro. No Império, aquêle simples Decreto n. 523, de 20 de julho de 1847, que, instituindo a Presidência do Conselho de Ministros, teria sido considerado berrantemente inconstitucional pelos nossos atuais juristas, foi um passo decisivo na prática do sistema parlamentar; na República, a corresponsabilidade dos ministros, solenemente estabelecida na Constituição, é letra morta e a própria convocação dêles ao Congresso, depende mais da sua boa-vontade, que de outra coisa. Tão chocante é o contraste entre a evolução ocorrida no Império e a involução que se tem observado na República, que eu, no trabalho acima aludido, procurei indagar as causas do fenómeno.

Longe, pois de processar-se está a evolução preconizada pelo meu eminente amigo. Mas, ainda quando houvesse claros sinais dela, absurdo seria preferi-la à rápida mutação pela reforma da Constituição, desde que possível. No Império, os democratas andaram paulatinamente, porque não tinham outra possibilidade; ainda assim, chegaram plenamente ao sistema parlamentar, em muito menos tempo de que já dura a república presidencial.

Em resumo, não me oponho ao lento processo evolutivo; poucos terão feito mais do que eu por êle; duvido, porém, de que esteja em andamento, pois, contrariamente ao que sucedia no Império, é descendente o parâmetro da nossa vida pública; mas, ainda quando assim não fôsse, parecer-me-ia absurdo que viajasse numa carreta de bois, quem pudesse fazer cômoda e rapidamente a mesma viagem de trem, de automóvel, ou de avião... Note, porém, o meu amigo: em não havendo melhor veículo, eu viajo também de carreta, como várias vezes tenho feito.